

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



AMEAL, João [João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Aires de Campos] (Coimbra, 1902 – Lisboa, 1982)

Historiador, escritor, político, jornalista e professor, com uma forte ligação durante toda a vida ao campo monárquico e tradicionalista e ao Estado Novo, João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Aires de Campos, 2.º visconde e 3.º conde do Ameal nasceu em Coimbra, em fevereiro de 1902. A mesma cidade de onde eram originários os seus pais: João de Sande Magalhães Mexia Ayres de Campos, 2.º conde do Ameal – diplomata de carreira, que estivera destacado nos Países Baixos, e político com ligações primeiro ao Partido Regenerador e, depois, à Dissidência Progressista –, e Maria Benedita Falcão Barbosa de Azevedo e Bourbon. Desde tenra idade viverá em Lisboa, onde o seu pai integra o governo de Hintze Ribeiro de 1903 enquanto secretário do ministro dos Negócios Estrangeiros, Venceslau Lima – e de onde, em 1908, na sequência da sua participação na “Intentona do Elevador da Biblioteca” (tentativa abortada de golpe revolucionário para derrubar João Franco), será forçado a partir para o exílio, na Galiza.

Seguindo a tradição familiar, licencia-se em Direito, em 1921, na Universidade de Lisboa. É nos anos académicos que João Ameal (título nobiliárquico da família que adopta como apelido) tomará contacto com o Integralismo Lusitano (IL), importante do ponto de vista da formação do seu ideário político – e também historiográfico –, mas com o qual manterá uma ligação polarizada: logo em 1923, abandona o movimento e funda, com Alfredo Pimenta, a Acção Realista Portuguesa, assumindo a direção do seu diário, a *Acção Realista*. Manterá, no entanto, a ligação a António Sardinha, cujo pensamento o continuará a influenciar ao longo da vida, e a quem escreve, em 1924, saudando-o como “meu ilustre Camarada, Mestre e o Animador mais fecundo da nossa Cruzada” (Carta de 26-10-1924, Espólio de A. Sardinha, Biblioteca da UCP). Regressa ao IL já após a morte daquele, no final da década de 1920, colaborando na revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses* durante dois anos (entre 1931 e 1933), para depois acompanhar Francisco Rolão Preto na experiência do Nacional-Sindicalismo. Também por ali a sua passagem será breve, integrando, com Manuel Múrias, a dissidência que estará na base da criação da Acção Escolar Vanguarda. Tornar-se-á um dos principais ideólogos do novo regime: é autor, por exemplo, do cartaz *Decálogo do Estado Novo*, de 1934, e, nesse mesmo ano, indicado por António Ferro para a secção portuguesa dos efémeros Comitês para a Acção da Universidade de Roma. Assumirá ainda, nos anos seguintes, os cargos de secretário-geral adjunto da Liga de Acção Universal Corporativa (1935), de deputado à Assembleia Nacional (entre 1942-1953) e de procurador à Câmara Corporativa (entre 1957-1961).

A partir da década de 1960, já desiludido com o rumo do Estado Novo, que considerava não ter cumprido



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o desígnio de restabelecer a monarquia em Portugal, afasta-se progressivamente da política para se dedicar à escrita, ao ensino (no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) e à investigação. Membro da Academia Portuguesa de História, da Academia de Ciências e da Associação Portuguesa de Escritores Católicos, integrará ainda, já no final da vida, o conselho privado do duque de Bragança. Autor prolífico, das suas obras destacar-se-ão, porventura, *No Limiar da Idade-Nova* (1934, prémio Ramalho Ortigão), *São Tomás de Aquino* (1938); diversos opúsculos de índole biográfica (com destaque para um conjunto de índole legitimista, dedicado a D. Miguel); obras mais apologéticas, como *A Contra-revolução* (1928), *Panorama do Nacionalismo Português* (1932) ou *Construção do Novo Estado* (1938); e, em especial, a *História de Portugal* (prémio Alexandre Herculano, em 1941, com sucessivas reedições até à década de 1980 – sete tiragens, com 22 000 exemplares, entre 1940 e 1974 (Gonçalo Sampaio e Mello, *Espólio de João Ameal*, BN, p.15) e a *História da Europa* (iniciada em 1967, com edição completada já após a sua morte).

Paralelamente, dirigirá ou colaborará ao longo da vida numa série de publicações periódicas, com destaque para a *Acção Realista*, *O Dia*, *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Época*, *Ilustração Portuguesa*, *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, *Nação Portuguesa*, *Rumos*, entre outras.

Aos seus primeiros trabalhos históricos está subjacente, na linha do pensamento tradicionalista, uma ideia geral de revisão de valores que considerava necessária para substituir aqueles que o século XIX, “falso, ilusório, perfeitamente impróprio para nos orientar e conduzir” tinha legado. Na linha do positivismo integralista, que vê a História enquanto fonte de experiência, seriam os valores históricos, no seu entender, os mais indicados para a tarefa de “esclarecer e guiar os homens desta época” (*Porque escrevi a “História de Portugal”*, 1941, pp. 7; 9): valores transmitidos pelo exemplo das figuras e acontecimentos que considerava “dinâmicos” e não “estáticos” (*Rumo da Juventude*, 1942, p. 84). Daí, por exemplo, ter escrito, com Rodrigues Cavalheiro, nas *Erratas à História de Portugal*, que a melhor maneira de servir o país seria “amá-lo e defendê-lo na integridade da sua História [...]” e “ajudar o público a descortinar claramente a verdade, que por tanto tempo lhe ocultaram a má-fé ou a desnacionalização de tantos falsos historiadores” (*Erratas à História de Portugal*, 1939, sem n.º de pág.). Posição que ajuda a compreender porque João Ameal apoia, por exemplo, a censura na imprensa e o controlo historiográfico levada a cabo na Itália fascista, sobre a qual se debruça brevemente nos anos 30, realçando “o interesse particularíssimo com que se vigiam os textos históricos, não se tolerando que certos homens sem escrúpulos se entrettenham a desfigurar, caluniando-se as grandes figuras e as grandes jornadas da tradição nacional.” (*A Revolução da Ordem*, 1932, pp. 70-73).

É também perceptível, em especial nos textos que escreve para a *Nação Portuguesa* e para a revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, uma certa perspetiva teleológica da História – um pouco à imagem do que sucede com outros intelectuais ligados ao IL: efetivamente, para Ameal, uma das funções do trabalho historiográfico nacional seria a de reintegrar “o homem português [...] no legítimo conceito do seu valor universal [...], visto na plenitude da sua missão ao longo dos tempos: – elo da cadeia que a trajetória da pátria forma desde o século XII” (*No Limiar da Idade-Nova*, 1934, p. 13).

Esta ideia de necessidade de um recentramento da visão histórica em ordem a determinados valores será uma constante, e é perceptível, de forma sintomática, nas considerações que, em inícios de 1940, fará em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

relação à historiografia portuguesa que o antecede: Ameal elogia especialmente Fernão Lopes e Alexandre Herculano – de resto, algo comum a outros historiadores de campos diversos, como António José Saraiva, por exemplo. E fá-lo por, no seu entender, aqueles terem conseguido transmitir à posteridade “a vida dos seus tempos e não, como outros fizeram, somente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes célebres”. A estes nomes juntará uma série de outros, dos séculos XVI a XVIII, como João de Barros, Jerónimo de Osório, Francisco de Andrade ou Frei Manuel do Cenáculo. Quanto ao século XIX, vê-o, na linha tradicionalista, como um período bivalente, segmentado entre aqueles que classifica enquanto historiadores “objetivos” (o visconde de Santarém, o já citado Herculano – embora não enquanto autor da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição* –, Rebelo da Silva, Gama Barros, Alberto Sampaio; e os “panfletários” de diferentes quadrantes (como Agostinho de Macedo ou Pinheiro Chagas e Latino Coelho). Muito crítico de Oliveira Martins, qualificou-o de “poeta ou visionário da História” (*Porque escrevi...*, p. 25). Será em certa historiografia de inícios do século XX que encontrará, finalmente, uma “reação” à polaridade de oitocentos: “Procede-se a um novo exame das fontes. À luz de um conceito do homem que não suporta as acanhadas balizas de um racionalíssimo divorciado do real, de um cientismo divorciado do humano, de um positivismo divorciado da metafísica (...)” (*Perspectivas da História*, 1960, p. 27).

A esta análise de João Ameal não é despicienda, novamente, a influência do pensamento tradicionalista e do IL – em especial, de António Sardinha, cujo projeto não realizado de uma História de Portugal revisionista tinha sido, aliás, por ele e por Rodrigues Cavalheiro tentativamente recuperado nas já referidas *Erratas à História de Portugal* – e que ecoa, de resto, na sua própria *História de Portugal*. Mas são também perceptíveis, a este respeito, outras referências metodológicas, como as de Jacques Bainville, Jacques Maritain, Robert Aron ou André Beaunier.

A *História de Portugal* de João Ameal é, como sucede com outros trabalhos ligados ao tradicionalismo, de certa forma oscilante. Valoriza certos momentos, em especial a fase formativa da Idade Média – já destacada noutros trabalhos como “[...] o grande período, o período culminante da filosofia humana.” (*Panorama do Nacionalismo Português*, 1932, p. 36) –, a Expansão e a Restauração, em detrimento de outros. Mas para Ameal estes não eram, todavia, meros momentos de apogeu face a outros de declínio ou de decadência; antes, significavam o que seria o curso normal da História de Portugal, durante o qual ocorriam ocasionalmente interrupções, como a que teria sucedido em meados do século XVIII com o marquês de Pombal ou, em especial, durante a “centúria funesta” do liberalismo (*História de Portugal*, IV, 1958, p. 360), revertida pelo 28 de maio de 1926. De forma sintomática daquilo que era a sua filosofia da História, João Ameal chama-lhes também, “recaídas”: “É um facto: são sempre possíveis as recaídas em História. E tanto se podem dar na história duma vida, como na dum país, na dum continente, na duma civilização inteira.” (*Rumo da Juventude*, 1942, p. 81).

Uma linha de argumentação é transversal à interpretação dessas interrupções – ou momentos “estáticos”, para recuperar o campo conceptual de João Ameal – enquanto hiatos daquilo que seria, de outra forma, o normal percurso histórico nacional: para o historiador, elas surgiam sempre que a Nação se afastava dos seus valores (o catolicismo, o espírito de missão, um certo providencialismo) por influência das “más ideias”



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

vindas do estrangeiro (como o iluminismo, ou o liberalismo), frequentemente personificadas em agentes históricos concretos. A este respeito, veja-se o exemplo de Gomes Freire de Andrade, figura particularmente visada pela historiografia tradicionalista (*História de Portugal*, IV, 1958, pp. 561-562).

Nestes aspetos, a *História de Portugal* de João Ameal é, em larga medida, um projeto revisionista, na linha, mais uma vez, do tradicionalismo integralista do seu período formativo – algo que, de resto, assume. Em 1945, referindo-se ao projeto de revisão histórica de Sardenha, escreve: "Numerosas são as figuras que limpa de mil sombras ou calúnias, para lhes restituir o verídico e puro esplendor. Numerosos também os ídolos postigos, levantados na praça pública, que despe de mentirosos adornos, amarra ao pelourinho, onde, desde então, ficam — atira (como na famosa apóstrofe do tribuno) 'para as galés da História'. Simultaneamente, ou na esteira de Sardenha, muitos investigadores de mérito dedicaram-se à esplendida tarefa de restauração da verdade histórica." (*Europa e os seus fantasmas*, 1945 p. 242). A este respeito, Luís Reis Torgal escreve inclusive que na *História de Portugal* de Ameal, há um verdadeiro "zelo revisionista" e que este, mais do que um historiador teria sido "um divulgador, [...] no sentido em que os métodos de comunicação superam de longe o conhecimento rigoroso [foi] o divulgador próprio do tempo em que a história (também) estava ao serviço do regime [...] João Ameal foi o autêntico 'historiador do regime'". Algo que, aliás, lhe é apontado por intelectuais seus contemporâneos ainda durante o Estado Novo – como Victor de Sá que, em 1961 (*História e Actualidade*), o compara aos cronistas da corte régia.

De uma forma mais ampla, João Ameal replicará parte destas ideias nas reflexões que, a partir de 1945, fará sobre a "civilização europeia" – no livro *Europa e os seus fantasmas* (1945), em diversas conferências, na cadeira de "A Ideia de Europa" que lecionará no ISCSPU na década de 1960 e, em especial, na sua *História da Europa* (1960). Nesta última, o iluminismo, a Revolução Francesa, o liberalismo, o comunismo são, também eles, "momentos estáticos" de um longo percurso civilizacional que tinha como base a "experiência heleno-latino-germano-cristã" ("O Ocidente e Portugal", pp. 188 e segs.) espalhada pelo mundo a partir do século XVI. E, neste sentido em particular, a sua História da Europa é vista de um ponto de vista que poderíamos dizer "português", no sentido em que Portugal é visto como um dos principais agentes dessa disseminação dos valores civilizacionais europeus, pioneiro no "ensinamento do Ocidente a todos os homens e povos" (IDEM, p. 193).

Tal como para a *História de Portugal*, os desafios vêm dos perigos externos que Ameal via ameaçar a Europa (neste caso, a "plutocracia americana" e a "tecnocracia eslava" – *Europa e os seus fantasmas*, 1945, p. 274). Era preciso, pois, resgatar os valores do Ocidente, que permaneciam subjacentes apesar da dialética do pós-guerra: "o homem de hoje é o mesmo homem, cuja defesa, cuja protecção, cuja libertação se tornam mais prementes ainda." ("O Ocidente e Portugal", p. 193). E, fazendo a ponte com aquela que era a argumentação do Estado Novo no que dizia respeito aos seus territórios coloniais, a capacidade de diálogo com o outro que entrevia em Portugal desde a Expansão até à atualidade, prefiguraria uma espécie de modelo a seguir para a defesa dos valores ocidentais: "Geramos assim, pela Terra adiante, outros Portugais – comunidades fraternas entre raças diferentes. [...] Não há exagero em dizer que se criam igualmente novos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

centros de gravidade do Ocidente nas nossas províncias de África, tão cheias de promessas – e no enorme Brasil, a nós ligado na fraterna comunidade instituída pelos dois governos.” (IDEM, p. 188).

Não obstante esta perspetiva de necessidade de reposicionamento da visão histórica, as reflexões que ao longo da vida vai fazendo relativamente ao ofício do historiador mostram uma preocupação teórica constante com questões de hermenêutica e de validade das fontes. Ameal refere, de resto, em diferentes momentos, a dificuldade de distanciamento e de uma total imparcialidade: “A obra histórica ressent-se, não pode deixar de se ressentir, da formação do pensamento, até do temperamento do historiador [...]. A História não é uma ciência pura, visto que a sua personagem central é o homem – ser autónomo, dotado de livre arbítrio – a História é tão imprevisível como os atos, as decisões as reacções do próprio homem.” (*Porque escrevi...*, p. 34). Mas destaca também a importância da erudição (tão cara ao pensamento intelectual tradicionalista), quando afirma ser o historiador diferente do investigador: para Ameal, a ligação dos factos (“verdade histórica, a primeira de todas – aquela que a torna, no perfeito rigor do termo, história”) necessita do “raciocínio subjetivo do historiador para extrair, das pontas soltas e inertes dos documentos, analogias novas” (IDEM, pp. 34.37).

João Ameal encara, de resto, a História de uma forma axiomática: enquanto Ciência, na base (recolha e seleção de materiais); Arte, na disposição desses materiais; e Ética (“orientadora, educadora, somatório de experiências”) (IDEM, pp. 38-39). Integrando, no entanto, estas ideias numa perspetiva de certa forma mais restrita e funcionalista: para o historiador, a verdade é uma só; e desde que se aproximem factos, se pesem probabilidades, se raciocine com lealdade e método, é legítimo chegar a uma conclusão: “Se a imparcialidade total e absoluta parece inacessível, nem por isso se dispensam uma honestidade total e absoluta na consulta das fontes, no rigor das deduções e na interpretação dos documentos. Tudo isto constitui garantia bastante de idoneidade e da credibilidade do historiador.” (IDEM, p. 41).

Para Ameal, a subjetividade historiográfica ultrapassar-se-ia confrontando as fontes, de forma a chegar à atrás referida “verdade histórica”. Verdade essa que, no seu caso, teria subjacente a preocupação da aprendizagem da trajetória da História de Portugal enquanto sequência moral: a ideia retrospectiva de nação como grande família, sempre solidária e renovada de geração para geração, tendo como o fio condutor o “serviço de Deus e [a] vontade de império” (*No Limiar...* pp. 38-39). No fundo, as preocupações que enunciara nos seus primeiros trabalhos, mesmo que matizadas, mantêm-se: como referira Chateaubriand (que Ameal, aliás, cita em mais do que um dos seus textos), “O homem moderno é um viajante que se perde na estrada; tem de regressar ao ponto de partida, se quiser lembrar-se de onde vem, se quiser saber para onde vai.”

Bibliografia ativa: Biblioteca João Paulo II, Universidade Católica Portuguesa, Espólio A. Sardinha Cartas a António Sardinha; *As directrizes da nova geração*. Coimbra: Lumen, 1925; *A contra-revolução*. Coimbra: Atlântida, 1928; *A realeza de D. Miguel*. Coimbra: Liv. Atlântida, 1929; *A revolução da ordem*. Lisboa: s.n., 1932; *Panorama do nacionalismo português*. Lisboa: J. Fernandes Júnior, 1932; *No limiar da idade-nova: ensaios contemporâneos*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1934; *Construção do Novo Estado*. Porto: Livr. Tavares Martins, 1938; *São Tomás de Aquino*. Porto: Tavares Martins, 1938; *História de Portugal*. Porto: Verbo, 1940; *Porque escrevi a “História de Portugal”*. [s.l: s.n.], 1941; *Liberalismo*. [S.l: s.n.], 1941; *Rumo da*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Juventude, Lisboa, Editorial Acção, 1942; *Europa e os seus fantasmas*. Porto: Tavares Martins, 1945; *Breve resumo da História de Portugal*. Lisboa: S.N.I., 1946; *A revolução tomista*. Porto: Tavares Martins, 1952; *O Infante Dom Henrique e o século português*. Porto: s.n., 1960; *Perspectivas da História*. Lisboa: Livr. São Carlos, 1960; *Acção dos Portugueses na Índia de 1500 a 1515*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1967; *D. João VI e o Brasil*. Lisboa: Academia das Ciências, Ottosgráfica, 1965; *O Ocidente e Portugal*. [s.l.: s.n.], 1970; "O Ocidente e Portugal", separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, julho-setembro, 1970, pp. 187-193; *História da Europa*. Lisboa: Verbo, 1982 [1961].

Bibliografia passiva: BARREIRA, Cecília, "Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da *Nação Portuguesa*, 1914-26)", *Análise Social*, n.º 72-74, 1982, pp. 1421-1429; CARVALHO, Paulo Archer de, "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 231-244; IDEM, "A insurreição dos intelectuais. Da *Nação Portuguesa* (1914-1938) ao *Integralismo Lusitano* (1932-1934)", *Revistas, Ideias e Doutrinas*. Lisboa, Presença, 2003; CRUZ, Manuel Braga da "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo". *Análise Social*, n.º 70, 1982, pp. 137-182; IDEM, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980; LEAL, Ernesto Castro, "A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)", *Análise Social* XXXII, n. 148 (1998): 823-51; MARCHI, Riccardo, *As raízes profundas não gelam? Ideias e percursos das direitas portuguesas*, Lisboa, Texto, 2012; MATOS, Sérgio Campos, "Continuidades e rupturas historiográficas: o caso português num contexto peninsular (c. 1834 – c. 1940)", *Historiografia e Res Publica nos últimos dois séculos*, Lisboa, CH-ULisboa, 2017, pp. 131-158; IDEM, "Historiografia, historiadores e memória nacional na I República portuguesa", *Análise Social*, n.º 228 (2018): 572-97; PINTO, Antonieta, "João Ameal, um historiador do regime", *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, pp. 125-165; TORRAL, L. R., CATROGA, F. e AMADO MENDES, J. M., *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edições 70, 2015; TORRAL, Luis Reis, "Do tradicionalismo antiliberal ao 'nacionalismo integral' e à 'terceira via' dos 'Estados Novos'", *Historiæ* 1, n.º 1 (2010): 75-88.

João Branco